

## **Um olhar demográfico sobre as escravarias: São Paulo do Muriaé, 1848 a 1888.**

Vitória Fernanda Schettini\*

**Resumo:** Durante nossas pesquisas dedicadas à Zona da Mata mineira, procuramos dialogar com temas relacionados à ocupação, riqueza e família. Dentre os temas abordados estão o estudo das variações da fortuna pessoal, via inventários post-mortem, entre os anos de 1848 a 1888. Na oportunidade analisamos bens advindos de terras, escravarias e gêneros agrícolas; como a cana-de-açúcar, milho, café, etc, para a freguesia de São Paulo do Muriaé. Numa região em que as matas, propícias para o cultivo do café, vislumbram as novas formas de riqueza e a construção da base econômica do novo pólo comercial mineiro, serviu de grande atrativo para aventureiros em busca de explorações econômicas, abrindo às portas para novos investidores. Para esta comunicação o foco estará voltado para a análise do maior bem aplicável no período: as escravarias, vista sob uma ótica demográfica, a fim de dar maior seguridade à pesquisa e entender as variações presentes neste grupo populacional que na região se instala.

Palavras-chave: escravidão; Zona da Mata mineira; demografia.

### **1. A população escrava: um enfoque para a Zona da Mata mineira**

Entre 1848 à 1888 o maior investimento monetário aplicado pelos senhores proprietários de terra em São Paulo do Muriaé, fora os escravos.<sup>1</sup> Sabendo que os escravos eram bens que possuíam alto valor agregado e que, por isso, moviam a economia no período em que foram utilizados como principal mão-de-obra em atividades diversas, aprofundar nos dados que remetem à constituição demográfica escravista é dar uma maior segurança para o entendimento desta região.

E tal análise não nos remete a algo inusitado ou sem justificativa, entretanto, há de convir, extremamente complexo. De acordo com Maria do Carmo Salazar Martins, Maurício Antônio de Castro Lima e Helenice Carvalho Cruz da Silva (2002), a distribuição da população mineira é bastante heterogênea, quando consideramos cada município isoladamente. Os autores, ao utilizarem de mapas populacionais para os anos de 1862/3, constatam que, em Barbacena e Leopoldina, localidades próximas a Muriaé,

---

\* Pós-doutora em História- Universidade do Minho. Professora Titular da Faculdade Santa Marcelina e Faculdade de Minas.

<sup>1</sup> Para maiores detalhes ver: ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Os sertões de São Paulo do Muriaé. Terra, riqueza e família. *Tese de Doutorado*. CPDA: UFRRJ, 2011.

o número de escravos era superior aos livres, 54,6% e 53,5% respectivamente. Em Muriaé, Itajubá, Pitangui, Piumi, Serro, Caldas, Minas Novas, Ponte Nova, Curvelo, Jacui, Mariana, Itabira, Bonfim, Pouso Alegre e Cristina a porcentagem estava entre 13,0% a 20,0% do total da população. Ressaltam, porém, que a imprecisão dos limites geográficos municipais neste período pode levar a uma interpretação nem sempre condizente com a realidade. Por esse motivo, preferem distribuir a população por regiões, conforme tabela abaixo.

**Tabela 1**  
**Distribuição de livres e escravos por região, Minas Gerais, 1862/63.**

<b>Região</b>	<b>% livres</b>	<b>% escravos</b>
Centro	<b>74,7</b>	<b>25,3</b>
Centro Oeste	<b>77,0</b>	<b>23,0</b>
Jequitinhonha/Rio Doce	<b>85,6</b>	<b>14,4</b>
Mata	<b>69,3</b>	<b>30,7</b>
Sudoeste	<b>82,0</b>	<b>18,0</b>
Sul	<b>73,5</b>	<b>26,5</b>
Vertentes	<b>61,8</b>	<b>38,2</b>
<b>Total</b>	<b>74,9</b>	<b>25,1</b>

**Fonte:** MARTINS; LIMA; SILVA, 2002:10

Percebe-se na tabela 1 que, conforme os códices SP654, SP955, SP956, SP1005 e SP1006, existentes no Arquivo Público Mineiro, utilizados na pesquisa, as maiores concentrações de escravos em Minas Gerais estavam nas regiões das Vertentes e Mata, enquanto no Jequitinhonha/Rio Doce e Sudoeste a porcentagem de livres era maior. Porém, salientamos que nas últimas regiões (Jequitinhonha/Rio Doce e Sudoeste) a ocupação e exploração da terra acontecem posteriormente a Zona da Mata Mineira, não havendo grande número de escravos ali fixados.

Devemos observar, tal como salientado, que as variações locais eram visíveis, e, conseqüentemente, com a ocupação da Zona da Mata mineira, houve também um crescimento populacional. Se analisarmos o senso populacional de 1872 na região das matas, esta afirmação é percebida com maior nitidez. Localidades próximas umas das outras, apresentam uma diferença populacional expressiva, tanto em relação aos escravos, quanto aos livres, conforme a tabela abaixo.

**Tabela 2**  
**Municípios e população da Zona da Mata Mineira em 1872.**

N°	Municípios	N° de Freguesias	População					
			Livre	%	Escrava	%	Total	%
1	Ponte Nova	09	49.627	<b>86,72</b>	7.604	<b>13,28</b>	57.231	<b>100,00</b>
2	Leopoldina	08	26.633	<b>63,59</b>	15.253	<b>36,41</b>	41.886	<b>100,00</b>
3	Juiz de Fora (1)	05	23.968	<b>62,53</b>	14.368	<b>37,47</b>	38.336	<b>100,00</b>
4	Santa Rita do Turvo	06	30.460	<b>82,12</b>	6.636	<b>17,88</b>	37.096	<b>100,00</b>
5	Muriaé (2)	11	27.682	<b>79,96</b>	6.938	<b>20,04</b>	34.620	<b>100,00</b>
6	Pomba	06	25.528	<b>78,42</b>	7.028	<b>21,58</b>	32.556	<b>100,00</b>
7	Ubá	06	25.311	<b>77,98</b>	7.149	<b>22,02</b>	32.460	<b>100,00</b>
8	Mar de Espanha	05	19.632	<b>60,80</b>	12.658	<b>39,20</b>	32.290	<b>100,00</b>
9	Rio Novo	03	15.838	<b>69,49</b>	6.957	<b>30,51</b>	22.795	<b>100,00</b>
10	Piranga	06	18.241	<b>81,31</b>	4.195	<b>18,69</b>	22.436	<b>100,00</b>
11	Rio Preto	05	15.746	<b>71,39</b>	6.313	<b>28,61</b>	22.059	<b>100,00</b>
<b>Total</b>		<b>70</b>	<b>278.666</b>	<b>74,56</b>	<b>95.099</b>	<b>25,44</b>	<b>373.765</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Recenseamentos Gerais do Brasil Império de 1872, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP (UFMG e USP), CD Room. ANDRADE, (1995)

- (1) 1 paróquia não recenseada (Nossa Senhora da Glória em São Pedro D'Alcântara).  
(2) 1 curato não recenseado (Divino Espírito Santo).

Ao compararmos, primeiramente, os dados trazidos em 1862/63 nos mapas populacionais, vimos que a população escrava de Muriaé estava entre 13% a 20% do total. Quando consideramos os habitantes da mata mineira, por distribuição regional, estes dados ampliam para 30,7%, o que apresenta um crescimento da população escrava. Se compararmos as percentagens das duas tabelas acima, tendo como princípio a soma total dos municípios que pertenciam à região, tanto para a população escrava quanto para a livre, vemos uma queda em 1872 da população escrava. De 30,7% entre os anos de 1862/3, declina no Censo de 1872 para 25,44%, enquanto que, a população livre tem um ligeiro aumento: de 69,3% no primeiro período salta para 74,56% em 1872.

Se focarmos apenas na soma populacional das freguesias pertencentes a São Paulo do Muriaé, notamos uma aproximação dos dados desmembrados da primeira tabela, ou seja, aproximadamente 20% para os escravos. Exaltamos o fato de não ser recenseado no período o curato de Divino Espírito Santo, atual cidade de Divino do Carangola. Devemos também esclarecer que tanto o censo quanto os mapas populacionais embora possuam dados necessários aos estudos em profundidade, a

prática estatística deixava, e ainda deixa, a desejar. Muitas vezes as ordens repassadas aos vigários das freguesias não eram obedecidas, o que deixa as fontes *incompletas e confusas*.

Por conseguinte, em relação às fontes,

*Não se pode perder de vista o fato de que o sujeito que as construiu é parte integrante daquela realidade e não pode ser dissociado dela. Cabe, portanto, ao pesquisador avaliar o documento, tanto naquilo que esconde como no que revela, e a partir daí, estabelecer um diálogo com as fontes que facilite e permita sua análise (Martins; Lima; Silva, 2002:3).*

Para Sérgio Odilon Nadalin (1994: 45-51), os primeiros recenseamentos consideravam somente a população livre. Todavia, por volta de 1770, “todos” os habitantes foram incluídos nas listas, com exceção aos indígenas, cuja maioria escapava ao controle das autoridades portuguesas. Com o passar do tempo, pela necessidade de racionalizar a administração da colônia, de incremento da população, desenvolvimento agrícola e comércio, foram dispostos novos conteúdos demográficos, objetivando alcançar informações mais organizadas, estimuladas por uma política de crescimento populacional e de ocupação dos *vazios demográficos*. Porém, a lacuna e os problemas censitários se prolongam entre os anos de 1872, 1890, 1900, 1920.

Resta-nos afirmar, que encontramos ao final de alguns inventários *post-mortem*, no arquivo do fórum de Muriaé, algumas listas de matrícula de escravos, porém, não na mesma proporção encontrada anteriormente por Rômulo Andrade (1995). Acreditamos que a falta de organização do arquivo ou mesmo a transferência de uma média de 300 inventários para o Arquivo do Tribunal de Justiça na capital mineira, fez com que vários documentos se perdessem ou extrviassem. Mas felizmente, ainda registramos e catalogamos uma média de 63 listas nominativas, com aproximadamente 785 cativos. Enquanto o autor acima somou 99 documentos, englobando 1070 cativos, correspondentes a 65 plantéis pequenos, 31 médios e 3 grandes. Por este motivo optamos pela análise feita pelo autor, que se encontra anexa em sua tese de doutoramento.

Ao analisar os dados de São Paulo do Murahé, no que diz respeito a sexo, idade e tamanho do plantel nas listas nominativas de 1872, o autor obteve os seguintes dados.

**Quadro 1**  
**Escravos do Município de Muriaé, segundo sexo, idade e tamanho do plantel, 1872.**

Quantidade de escravos nos plantéis	Número de plantéis	Escravos								
		Total	Crianças até 14 anos				Adultos – 15 anos ou mais			
			H	M	T	RM	H	M	T	RM
<b>1-4</b>	41	102	22	12	34	183	37	31	68	119
<b>5-9</b>	24	156	33	25	58	132	52	46	98	113
<b>10-14</b>	11	128	21	26	47	81	45	36	81	125
<b>15-19</b>	10	163	30	25	55	120	61	47	108	130
<b>20-49</b>	10	278	59	48	107	123	108	63	171	171
<b>50-105</b>	3	243	37	37	74	100	107	62	169	173
<b>Total</b>	99	1.070	202	173	375	117	410	285	695	144

Fonte: ANDRADE, (1995)

Temos acima um apanhado geral do que a documentação apresenta, para o ano de 1872, distribuídos em idade e sexo tendo como meta principal a observação destes primeiros dados em relação à quantidade de escravos por plantéis e razão de masculinidade. Explicamos, assim como Robert Slenes, dentre outros, (1987: 2; Marcílio, 1984: 201-202) que a razão de masculinidade é o número de homens para cada 100 mulheres.

A maioria dos escravos concentrava-se na faixa de 20 a 49 anos, algo justificável pela idade produtiva. No entanto, o número de escravos acima de 50 a 105 anos é verificado como o segundo grupo, que são absorvidos em apenas 3 plantéis, o que pode ser um indicativo de velhas escravarias de senhores que há muitos anos viviam pela região, ou que vieram de outras localidades próximas. Outro dado marcante é a concentração de escravos de 1 a 4 anos e 5 a 9 anos reunidos em vários plantéis, 41 e 24 respectivamente, o que confirma a presença da maior quantidade de escravos nos pequenos e médios plantéis e não nos grandes.

Mesmo sendo em áreas totalmente distintas, tal dedução aproxima-se da constatação de Francisco Vital Luna (1981:124-126). Ao estudar a estrutura e posse de escravos em alguns centros mineratórios, Luna constata que *salta à vista*, de imediato, a elevada porcentagem de senhores com reduzido número de cativos. De modo geral, os

resultados apresentados quanto à estrutura de posse de cativos, demonstram uma sociedade marcada por pequenos proprietários: indivíduos possuidores de escravarias de um, dois ou, no máximo, cinco escravos. Raros seriam os grandes proprietários.

Stuart Schwartz (2001) ao analisar o Recôncavo Baiano, na segunda década do século XIX, numa região associada à produção de açúcar, indica que eram geralmente menores os engenhos proprietários de escravos do que os historiadores supunham, a maioria dos proprietários possuía em média menos de quatro escravos, e cerca da metade dos escravos viviam em unidades menores do que vinte pessoas.

Em relação à razão de masculinidade, há uma maior variação entre as idades até 14 anos em relação aos escravos acima de 15 anos. Porém, permanece certa estabilidade entre os adultos, e tanto para as crianças quanto para os adultos existe uma predominância de escravos do sexo masculino. Isso resulta da consequência do próprio sistema escravista, que necessitava de mão de obra masculina, mesmo entendendo a necessidade da mulher para a renovação da escravaria. Sabemos que o equilíbrio e/ou desequilíbrio dentre os sexos refletia diretamente nas uniões legítimas ou não, tanto entre livres, quanto entre outros grupos.

Com o intuito de aprofundarmos no tema, cruzaremos os dados extraídos do recenseamento de 1872 e das listas de matrículas para a freguesia de Muriaé, acima debatido, com as informações existentes nos inventários *post-mortem*.

Mantendo o mesmo padrão anterior de análise comparativa, para esta análise, coletamos os dados obtidos entre dois períodos de 1858/1868 e 1878/1888, pois somente em 1858, começam a ser sentidas na região as mudanças na estrutura e posse de escravos.

Nesta etapa usamos como metodologia a escolha aleatória de quinze inventários para cada período analisado, somando, portanto, trinta inventários referentes aos dois períodos. Dessas fontes foram coletados os dados de todos os escravos existentes nos mesmos, tais como, nome, sexo, idade, valor e algumas observações existentes em alguns casos. Ao final dessa transcrição chegamos ao total de 92 escravos no período de 1858/1868 e de 98 escravos no período de 1878/1888. Ressaltamos que o maior proprietário de escravos do período ficou excluído da análise, pois, nosso objetivo será perceber, grosso modo, as variações e percentagens caracterizadas por uma média, e não somente a quantidade existente de cativos.

O próximo passo foi a confecção de duas planilhas, relativas a cada período separadamente, contendo todos os dados coletados. Através das planilhas, passamos à fase da elaboração de tabelas e gráficos, enfocando cada um dos escopos a serem comparados, quais sejam, idade, valor, ano dos inventários e número dos escravos para análise dos períodos elencados.

Através da confecção das tabelas, realizamos uma análise preliminar no que diz respeito aos anos dos inventários que foram transcritos. O destaque vai para o ano de 1878, de acordo com as tabelas abaixo. Conforme podemos analisar, o ano de 1878, consta de 41 escravos relacionados, ou seja, 22% do total e a menor incidência vai para o ano de 1879, um ano após, com apenas 1 escravo. Se cruzarmos estes dados com os registros de batismos da Paróquia São Paulo, percebe-se que existiam, no ano de 1879, 36 assentos efetuados em escravos, uma média alta se comparada aos anos de 1852 a 1888, podendo endossar o aumento de escravos percebido para o ano. Porém, tal cruzamento não condiz com os dados anteriores, quando referimos ao ano de 1879, no qual a presença de batismos é superior a todos os outros períodos existentes.

**Tabela 3**

<b>Inventários por ano 1858/1868</b>	
Ano dos Inventários	Quantidade de Escravos
Ano 1858	21
Ano 1859	16
Ano 1860	2
Ano 1863	11
Ano 1864	2
Ano 1866	22
Ano 1867	9
Ano 1868	9
Total	92

**Fonte:** Inventários *post mortem*, 1858-1868 – FTPM - Muriaé/MG

**Tabela 4**

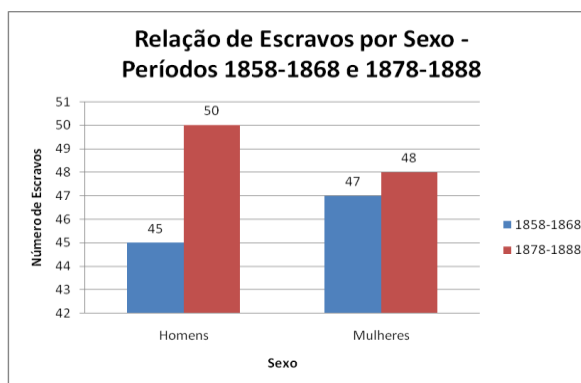
<b>Inventários por ano 1878/1888</b>	
Ano dos Inventários	Quantidade de Escravos
Ano 1878	41
Ano 1879	1
Ano 1880	10
Ano 1882	7
Ano 1883	23
Ano 1884	13

Ano 1885	3
Total	98

**Fonte:** Inventários *post mortem*, 1878-1888. FTPM-  
Muriaé/MG

Em relação ao sexo dos escravos, não percebemos uma diferença muito significativa, na verdade há certo equilíbrio entre ambos os sexos. No período de 1858-1868, as mulheres correspondem a 51% do total e os homens 49% do total, sendo que no período de 1878-1888 observamos o contrário, as mulheres correspondem a 49% do total e os homens totalizam 51%.

**Gráfico 1**  
**Sexo dos Escravos**



**Fonte:** Inventário *post-mortem*, 1858-1868/1878-1888.- FTPM - Muriaé/MG

Mesmo não estando presentes nesta etapa, os dados referentes ao ano de 1872 e muito menos havendo separados as idades dos cativos, mas apenas os sexos, comparamos os elementos extraídos do censo de 1872 aos resultados retirados dos inventários *post-mortem*. Observamos que, no censo de 1872, houve uma predominância dos escravos serem homens, o que difere dos dados aqui observados, mesmo sendo pequena, existe no primeiro período uma predominância de mulheres em relação aos homens, mas acreditamos que isso não influa diretamente numa mudança mais drástica na forma de organização familiar.

Entretanto, essa relação de paridade não corresponde à realidade nacional, muito menos aos dados acima levantados, no que diz respeito aos escravos. Dessa forma, alguns autores afirmam que o número de homens superava o de mulheres, como em regiões com formas econômicas diferenciadas e em períodos distintos, como nos adverte Robert Slenes (1987), além de outros autores.

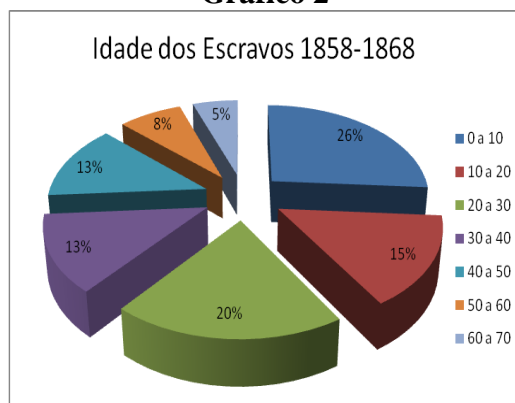
*A maior taxa de desproporção entre os sexos se dá nas regiões de processamento da cana-de-açúcar, economia que*

*movimentou o mundo da América Portuguesa, e que para seu desenvolvimento se utilizou muito do braço negro, advindo da África até chegar na terra Brasília, já nos navios o número de homens superava o de mulheres, e quando chegavam em terra, os senhores ávidos por trabalhadores para labutar nos canaviais e engenhos, davam preferência aos homens o que seria drástico para formação de arranjos familiares (Alves; Muiraktan, 2008).*

Uma das possibilidades que podem justificar essa pequena diferença entre os sexos está na idade dos escravos no período estudado, uma vez que segundo a citação acima, essa diferença que demonstrava a maioria masculina é percebida quase sempre em outras regiões, influenciando diretamente nas formas de uniões. Importante novamente salientar que o período estudado está relacionado diretamente com o fim do tráfico.

Baseados nas idades dos escravos referentes aos dois períodos selecionados para nossa pesquisa, foram confeccionados dois gráficos, um para cada período selecionado. Percebemos com essa análise que, no primeiro período, a maior parte de escravos, 26%, possuía entre zero e dez anos de idade e a faixa etária entre 60 a 70 anos foi onde se registrou o menor número de escravos.

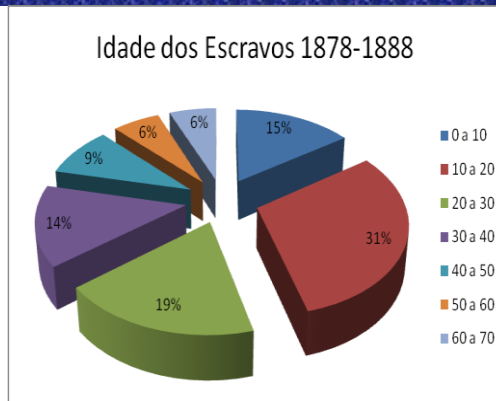
**Gráfico 2**



**Fonte:** Inventário *post- morte*, 1858-1868 - FTPM- Muriaé/MG

Em análise idêntica à pesquisa relacionada ao período de 1878-1888, percebe-se que 31% do total de escravos possuíam idade variando entre 10 a 20 anos, e que com 6% as menores parcelas de faixa etária seriam as em que os escravos possuíam entre 50 a 60 e 60 a 70 anos de idade.

**Gráfico 3**

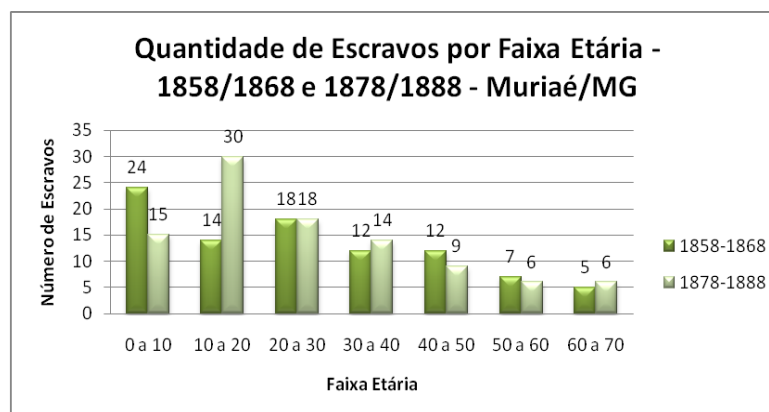


**Fonte:** Inventário *post-mortem*, 1878-1888 - FTPM - Muriaé/MG

Por fim, em relação à idade dos escravos, percebe-se que, comparando os dois períodos analisados, há um maior número de escravos com faixa etária entre 0 e 20 anos, ou seja, a grande maioria são escravos em idade produtiva, ou a produzir em futuro próximo, é correspondente a um total de 56%. Resultados parecidos com os encontrados nas listas de matrículas alcançadas por Andrade (1995: 136) em que os escravos até 14 anos representavam 35% e os de 15 a 24 anos 25% do total analisado.

Nesta etapa, a hipótese levantada anteriormente, no que diz respeito à quantidade de escravos homens, não ser tão superior às escravas mulheres, uma vez que isso depende do nascimento de escravos e a relação de compra e venda, o que não adentraremos aqui. Portanto, a natalidade pode ser uma explicação dessa paridade entre o número de escravos do sexo masculino e feminino. Essa comparação pode ser visualizada através do gráfico abaixo.

**Gráfico 4**



**Fonte:** Inventário *post-mortem*, 1858/1868 e 1878/1888 - FTPM - Muriaé/MG.

Como análise sobre o gráfico acima, percebe-se que o número de escravos começa a cair consideravelmente quando estes atingem a idade em que trabalham,

geralmente eles começam a trabalhar de forma mais efetiva e desgastante quando se tornam adultos. Por isso, através do gráfico, percebemos que, após a idade de 20 anos, o número de escravos sofre quedas sucessivas, de acordo com o aumento da faixa etária, isso nos mostra que, devido às condições de trabalho quase sempre insalubres e desumanas, a morte dos escravos era muito comum por trabalhos forçados e perigosos. Nesse sentido, em relação aos escravos urbanos do Rio de Janeiro, Mary Karasch avalia, que,

*A falta de alimentação, roupas e moradias apropriadas, em combinação com os castigos, enfraqueciam-nos e preparavam-nos para serem liquidados por vírus, bacilos, bactérias e parasitas que floresciam na população densa do Rio Urbano. As ações intencionais ou não dos senhores contribuía diretamente para o impacto de doenças específicas ou criavam indiretamente as condições nas quais uma moléstia contagiosa espalhava-se rapidamente pela população escrava. (Karasch, 2000: 207).*

Entretanto, segundo Gilberto Freyre (2004:539) e Rosilene Mariosa (2006), devemos, porém, distinguir entre os escravos de trabalho agrícola e os do serviço doméstico, ou entre o escravo urbano e rural para o entendimento das doenças a eles provenientes. Os escravos que residiam em áreas rurais poderiam possuir uma assistência moral e religiosa que diferiam das assistências urbanas, influenciando diretamente na vida dos cativos.

Entendemos que os dois períodos, (1858-1868) e (1878-1888), analisados neste trabalho, são fases de transição econômica na região em foco. Influenciados por uma série de acontecimentos, sociais e econômicos, os valores dos escravos não são homogêneos, ao contrário, acreditamos que eram variáveis de acordo com a idade, profissão exercida, estado de saúde, etc. Assim, o valor do escravo estava diretamente relacionado ao que ele era capaz de produzir.

Mesmo não separando os preços por sexo, acreditamos que alguns senhores poderiam interessar pelo valor reprodutivo das escravas, principalmente após a abolição do tráfico, que refletia numa maior demanda por cativos do sexo feminino. De acordo com Flávio Versiani e José Raimundo Oliveira Vergolino (2002:5) muito embora, no período pós-1850, tenha elevado a um aumento expressivo no preço relativo às escravas, este valor pode ser visto como efêmero, pois, já na segunda metade dos anos

cinquenta houve um movimento contrário, com forte baixa relativa no valor de mercado das escravas.

Por outro lado, nota-se uma queda no preço relativo aos escravos, após 1870, o que sugere que a Lei do Ventre Livre teve um efeito assimilável na demanda por cativos do sexo feminino. *Se a abolição do tráfico não estimulou de forma continuada a demanda por escravas, aparentemente a concessão de liberdade aos nascituros produziu uma redução nessa demanda* (Vesiane; Vergolino, 2002: 5).

Podemos evidenciar melhor este contexto quando analisamos os preços dos escravos comparativamente. Em Juiz de Fora, os preços oscilavam entre 160\$000 a 2:075\$0000 após 1870, enquanto para Muriaé, os preços variavam entre 500\$000 a 2.500\$000<sup>2</sup> entre os anos de 1858 a 1888, uma situação propícia ao tráfico intra e inter provinciais.

A análise permitiu concluir, que, para Muriaé, os valores variaram de maneira mais intensa entre os anos de 1878 a 1888. Isso se explica pelas constantes pressões em favor do fim da escravidão e ao próprio mercado e produção existente em um período em que o bem se torna escasso. Outra evidência nos leva a entender que os grandes proprietários de terra teriam acesso aos semoventes, portanto, a grande maioria estava em poder dos pequenos e médios proprietários.

Assim, vemos que o valor destes escravos retrata quem eram seus donos, pois, só contendo grandes riquezas poderiam usufruir de maiores quantidades de mão de obra escrava, em uma região onde a mão de obra livre estava em crescimento, consequência da própria dinâmica do escravismo.

Com relação ao valor dos escravos encontrados nos inventários, percebemos mais uma vez uma relativa paridade entre os dois períodos estudados, uma vez que a maioria dos escravos possuía seus valores fixados entre 500\$000 e 2:500\$000. Em ambos os períodos, encontram-se nessa faixa de valoração a maioria dos escravos contidos, no período de 1858-1868, somam 52% do total de escravos, e, no período compreendido entre 1878-1888, a porcentagem é ainda maior sendo que 67% do total de escravos tem seu preço entre 500\$000 e 2:500\$000.

## **2.0 Breves considerações**

---

<sup>2</sup> Para os dados relativos a Juiz de Fora ver Andrade, Rômulo. Notas prévias sobre a escravidão na Zona da Mata de Minas Gerais (século XIX). V Seminário de Economia Mineira. *Anais...*, Diamantina, 1990. BH: Cedeplar/Face/UFMG, 1990. p 82

Com o trabalho e as análises realizados, pudemos concluir que há muitas possibilidades de enfoques e de estudos a serem propostos. Optamos, pois, pelos escravos por se tratar de objeto rico de facetas e de teorias prováveis que nos fizeram entender pequenos detalhes, em muitos momentos esclarecedores, de pontos que antes poderiam nos gerar dúvidas.

Percebemos um número variável de homens escravizados em relação às mulheres, porém, na sua grande maioria há uma paridade entre ambos. Analisando as idades dos escravos, observamos que o valor fixado entre eles tem forte ligação à sua idade, sexo, função específica e ainda seu estado de saúde.

Em relação aos dados extraídos das listas nominativas e dos inventários, muito se aproximam, mesmo entendendo que as listas de matrículas de escravos são mais próximas à realidade escravista, o que não nos isenta de usar os inventários post mortem para análises demográficas, tendo sempre o cuidado de ler sempre nas entrelinhas em qualquer tipo de documentação utilizada.

A nosso ver, futuros trabalhos merecem ser viabilizados, não somente usando de cruzamento de dados já existentes com dados mais recentes, como novas fontes merecem ser analisadas, projeto recentemente iniciado junto à Projetos de Iniciação Científica.

Por fim, compreendemos que, através de fontes como os inventários, é possível realizar trabalhos que atendam, aos diversos fins, que comprovem ou ao menos sinalizem fatos que em muito elucidam questionamentos prévios, e que ainda é possível, através da análise de tal fonte, formular inúmeras possibilidades de questionamentos.

### **Referências Bibliográficas**

- ALVES, Jéferson Cândido; MUIRAKTAN, Kennedy de Macedo. Razão de masculinidade da população escrava da Ribeira do Seribó (Século XVIII) - *Anais do II encontro Internacional de História Colonial*. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.
- ANDRADE, Rômulo Garcia de. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. (A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo) *Tese de doutorado*. USP. São Paulo, 1995.

- \_\_\_\_\_. Notas prévias sobre a escravidão na Zona da Mata de Minas Gerais (século XIX). V Seminário de Economia Mineira. *Anais...*, Diamantina, 1990. BH: Cedeplar/Face/UFMG, 1990.
- ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Os sertões de São Paulo do Muriaé. Terra, riqueza e família. *Tese de Doutorado*. CPDA: UFRRJ, 2011.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Editora Global, 2004.
- KARASCH, M. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. Tradução Pedro Maria Soares, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LUNA, Francisco Vidal Luna. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo, IPE-USP, 1981, 224 p. (Ensaio Econômico, 8)
- MARCÍLIO, Maria Luíza. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: \_\_\_\_\_ *População e Sociedade (evolução das sociedades pré industriais)*, 1984.
- MARIOSIA, Rosilene Maria. Tratamento e doenças de escravos na Fazenda Santo Antônio do Paiol. *Dissertação de Mestrado*. USS: Vassouras, 2006.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA Helenice Carvalho Cruz da Silva. População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências. *X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina, 2002.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *A Demografia Numa Perspectiva Histórica*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1994.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- SLENES, Robert. Escravidão e família: padrões de casamentos e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, séx XIX), *Estudos Econômicos ABEP* Nepo Unicamp, 1987.
- VERSIANE, Flávio Rabelo; VERGOLINO José Raimundo Oliveira, Departamento de Economia. Preços de escravos em Pernambuco no século XIX. *Encontro Nacional da ANPEC*, 2002.